

# GÊNESE E IMPERATIVOS DO DECRETO AD GENTES

## Uma leitura missiológica do Vaticano II 40 anos depois de sua realização

Paulo Suess

O Vaticano II endireitou caminhos, ainda com as marcas da era constantina, da idade média e do Concílio de Trento. Não endireitou todos os caminhos, mas possibilitou processos. Nos deixou heranças e tarefas. Durante os quatro anos do Concílio, entre 1962 e 1965, assiste-se um aprendizado corajoso de todos os envolvidos. Como um canto firme perpassa o Vaticano II a saudação do Ressuscitado: "Coragem, não tenhais medo!"

### 1. Contextualização e antecedentes

O Concílio inaugurou um processo pós-pascal e pentecostal pela articulação de quatro setores no interior da Igreja, depois de um longo tempo de coerção teológica e de estagnação pastoral.

#### 1.1. Articulação dos atores

##### **Povo de Deus: novas experiências pastorais**

Através de novas experiências pastorais que assumiram os desafios do mundo moderno, a coragem do povo de Deus fervilhava, há tempo, no interior e na margem da Igreja:

- A coragem da opção pelos Outros, de um Charles de Foucauld (1858-1916) e dos seus seguidores nos mais diversos movimentos espirituais e fundações religiosas antecipava questões posteriormente articuladas em torno do paradigma da inculturação.
- A lucidez da opção pelos operários de um Joseph Cardijn, fundador da Juventude Operária (JOC) e inspirador da Ação Católica, em 1925, com seu método da "revisão de vida" (ver, julgar, agir), influenciou profundamente o Concílio que conseguiu fazer uma "revisão da vida eclesial". Posteriormente, toda a Pastoral da América Latina e os documentos eclesiais se beneficiaram do método "ver-julgar-agir".
- A criatividade do movimento litúrgico e bíblico abriu horizontes para a celebração da vida e a leitura da palavra de Deus historicamente contextualizadas.
- A sobriedade missionária do movimento dos padres operários e da *Mission de France*, o despojamento de um Abbé Pierre, fundador do movimento dos maltrapilhos-construtores de Emaús, já apontaram para a opção pelos pobres e pelos que mais sofrem.

##### **Teólogos: pensar os desafios com pé no chão**

A coragem da prática pastoral, no interior e na margem da Igreja, foi – por longos anos préconciliares – acompanhada e estimulada pela coragem inovadora e a retidão intelectual de muitos teólogos que resistiram à perda de realidade no interior da Igreja. Com seu serviço teológico ao povo de Deus ultrapassaram as fronteiras do legalismo e puseram a sua vida profissional em risco. Muitos dos teólogos relevantes da época – Chenu, Lubac, Congar, Rahner, entre outros – chegaram arrastados na corrente da suspeita e da proibição à porta do Concílio, condenados ao silêncio e exílio por um "regime de denúncia e de centralismo totalitário", como escreve Yves Congar em seu diário, um regime "sem justiça e sem misericórdia" (Congar, 2001, p. 119, 233, 280, 349, 433).

##### **Papa: abrir portas e janelas**

A coragem profética que não é própria das instituições, fez o papa João XXIII, no dia 25 de janeiro de 1959, na basílica dedicada a "São Paulo fora dos Muros", convocar este "Concílio Ecumênico". Perguntado sobre seu significado, o papa abriu, num gesto simbólico, as janelas do seu quarto. As janelas abertas causaram um resfriado profundo em muitos setores eclesiais. De fato, João XXIII abriu as janelas para a história da Igreja, para a realidade do momento presente e descortinou, sem ambição nem ilusão – com seu otimismo pessoal e com a sua capacidade de escuta atenta – um horizonte de esperança. Suas virtudes pessoais –

abertura, escuta, bondade, otimismo – se tornaram, depois um primeiro “susto”, marcas operacionais para a primeira fase do Concílio.

### **Padres conciliares: recuperar a modernidade**

A maioria dos padres conciliares não viajou com muita coragem para Roma. Durante o pontificado de Pio XII (1939-1958), havia poucos apelos à participação dos bispos no governo universal da Igreja. O processo conciliar, a convivência com os colegas, as conversas em círculos de afinidade pastoral e algumas palestras e textos de teólogos produziram um processo coletivo de autonomia, nunca antes visto na Igreja Católica. Com grande maioria, logo na primeira sessão do Concílio, os bispos rejeitaram seis dos sete esquemas previamente enviados e preparados pelas comissões preparatórias, controlados por setores da Cúria Romana. A metodologia da confecção e o conteúdo destes textos procuravam predeterminar o Concílio como uma assembléia jurídico-pragmática, voltada para o passado. Mas, a culpa não era só da Cúria. As próprias propostas do episcopado mundial espelhavam, com suas preocupações administrativas, jurídicas e financeiras, ainda a mentalidade de uma Igreja entrincheirada atrás de muros doutrinários da pré-modernidade. O Concílio iniciou uma marcha para “fora dos muros”. O Concílio tornou-se um processo comunitário, marcado pelo encontro com a diversidade de situações, “na comunhão do Espírito Santo”.

Povo de Deus, teólogos, papa e padres conciliares, em seu conjunto, possibilitaram o *kairós* da passagem do Senhor ressuscitado por sua Igreja. Expulso o medo do povo de Deus, dos teólogos, do papa e dos bispos, este medo, porém, hibernou na Cúria Romana. O Concílio se descuidou do quinto setor, da Cúria, que depois do Concílio não mediu esforços para voltar ao *status quo antes*. Através de uma política de análises alarmantes e pessimistas, de nomeações episcopais e de intervenções em congregações religiosas (CLAR!) e dioceses, e de um controle rígido de faculdades e produções teológicas, este setor se fortaleceu e começou a isolar as melhores cabeças da Igreja em lugares desertos e com tarefas menores. Exceções confirmam a regra. Com a disseminação do medo, da angústia e, sobretudo, com seu autoritarismo, delinearam os rumos de uma fidelidade *sui generis* à tradição e à palavra de Deus, confundindo muitas vezes coragem com temeridade.

Não compreenderia bem o tempo pós-conciliar quem não visse também, neste setor curial, preocupações justas, justificáveis e até progressistas. Mas, este progressismo é de uma modernização conservadora e organizacional, dando um salto alto sobre a modernidade como movimento cultural com seus pilares de autonomia, liberdade, participação, transparência administrativa e divisão de instâncias jurídicas. Criticou-se a desigualdade e a pobreza, a violência e a destruição ecológica, mas não se tocou nos pressupostos estruturais e semânticos desta modernidade conservadora. A estrutura capitalista configurada pelo neoliberalismo raras vezes foi questionada com a radicalidade que o evangelho de Jesus Cristo exigiria. Pensando em participação, partilha, justiça e sororidade, o neoliberalismo não é o mal menor, mas o mal estrutural desta época.

Na era da incerteza e do desamparo pós-conciliar, pós-68, pós-Muro-de-Berlim e pós-moderno surgiu a figura carismática de João Paulo II como a promessa de um mundo novo: jovial e paternal ao mesmo tempo, vindo da aflição eclesial do leste europeu, socialmente sensível, prometendo certezas através de uma certa rigidez na aplicação de fórmulas doutrinárias, litúrgicas e vivenciais do passado. Nas fronteiras incertas entre o real e a sua representação, as viagens de João Paulo II assimilaram novas fórmulas de *marketing* e deram às massas populares o sentimento de estarem em boas mãos. As aparições de João Paulo II se tornaram representações substitutivas da própria realidade. Seus sinais, graças ao seu carisma e seu domínio da imagem, foram mais longe que seus pronunciamentos e a performance da Igreja no seu conjunto.

A inculturação que estava, por um momento rápido, na pauta do adjornamento à modernidade, cedeu lugar para a transculturalidade, sem compromisso teológico com o chão de cada Igreja local. A distância com a cultura do Outro se elargiu. Mas, o Outro quer o reconhecimento do seu protagonismo. O povo que tem fome de pão e sede de justiça, está cada vez mais indiferente diante das querelas eclesiais. O formalismo doutrinário e normativo é mais uma cobrança junto aos bispos e teólogos, hoje, novamente submetidos a juramentos de fé, uma prática herdada da sociedade feudal, que na época pós-conciliar por pouco tempo foi abolida (cf. SILVEIRA, 1967). A própria Igreja sempre soube distinguir entre as suas normas e a prudência pastoral (intercomunhão, prática sacramental junto aos divorciados).

Voltemos ao Vaticano II, uma obra a quatro mãos entre povo de Deus e teólogos, papa e bispos. Teve respeito e colaboração mútuos entre estas quatro instâncias que souberam impor – temporariamente – limites ao centralismo da Cúria Romana. O Vaticano II, com coragem e prudência teológico-pastoral e administrativa, produziu um Concílio sem rupturas com o passado. Este Concílio deixou marcas teológico-pastorais, como pontos de partida, para uma Igreja que se considera radicalmente local e mundial, moderna e transcendente. Com o impulso para novas práticas a partir de um novo olhar para a história e o mundo, também a compreensão da atividade missionária tomou um rumo novo e a teologia da missão precisava, a partir deste novo olhar sobre o mundo, redefinir seu lugar no interior do cânon teológico e sua relevância para o mundo.

## **1.2. Antecedentes históricos**

Nas lutas pelo texto dos documentos, os antecedentes históricos do Vaticano II estão presentes na aula conciliar. Está presente a estrutura e o pensamento que remonta até o Império de Constantino. Está presente a colonização que marcou por tanto tempo a relação entre centro e periferia, e está presente o século XX que foi sacudido por guerras mundiais e suas ideologias subjacentes. Está presente a tradição de 2000 anos e a modernidade ilustrada, com sua ambivalência. A costura do consenso final, partindo de experiências e expectativas pastorais muito diferentes, por vezes, minimalistas, por vezes, maximalistas, era resultado de um processo conciliar de convivência e do bom senso pastoral, em seu conjunto, imprevisível. Os tratados de teologia do século XIX e da primeira metade do século XX mostram pouca preocupação com a missão como tema eclesiológico ou pastoral. "A afirmação pura e simples da competência da Igreja em todos os domínios tinha reduzido a idéia de missão à reivindicação, por parte da sociedade eclesial, dos seus direitos e dos seus poderes" (LE GUILLOU, 1965, p. 68; cf. CONGAR, 1960). "Missão" não designava uma visão de Igreja local ou universal, mas uma atividade de resgate salvífico em terras longínquas, dirigida por centros europeus.

Do Concílio de Trento (1545-1564) não participou nenhum bispo das colônias portuguesas. A pedido de D. João III, foram, por motivos de idade, saúde ou pobreza, genericamente dispensados, pelo papa Júlio III, e, mais tarde, explicitamente proibidos de participarem, por Pio IV (cf. RUBERT, 1969, p. 104). Na véspera do Vaticano I (1869-1870), os 11 bispos brasileiros eram relativamente jovens, e, com exceção de um, todos brasileiros. Três eram religiosos e oito do clero secular. Sete participaram do concílio. Todos deram seu placet à Constituição sobre a infalibilidade pontifícia (*Pastor aeternus*, 13.7.1879) que se tornou o tema controverso e principal daquele concílio. O eclesiocentrismo do Vaticano I – além das limitações e da mentalidade do *Padroado* e da *Propaganda fide* – marcou a administração dos "territórios missionários" até o Vaticano II.

O impacto do mundo moderno forjou, no decorrer dos anos pós-vaticano I, um olhar menos narcisista da Igreja sobre si mesma e sobre a realidade terrestre. Com o fim das Guerras Mundiais, a ideologia colonial foi derrotada e a civilização ocidental começou a perder seu prestígio. Benedito XV escreve a encíclica *Maximum illud* (1919), apontando para "uma das preocupações principais" do trabalho missionário daquele tempo, "a formação e a organização de um clero indígena" [n. 14]. Pio XI ordena, em 1925, os primeiros seis bispos chineses. João XXIII, na encíclica *Pacem in terris*, (1963) invoca a descolonização como um sinal de Deus no tempo [n. 42]. O século XX é um século de transição lenta e, às vezes, contraditória de uma Igreja colonial, uma Igreja objeto, para a subjetividade de Igrejas locais articuladas. Ainda até os anos 70, as Prelazias da Amazônia e seus agentes de pastoral, em sua maioria estrangeiros, tiveram mais contatos com as matrizes de suas congregações, de onde receberam seus recursos econômicos e orientações pastorais, do que com a sede da CNBB em Brasília.

## **1.3. Missão pré-conciliar do século XX**

Os documentos oficiais da Igreja Católica latino-americana da primeira metade do século 20 apontam para uma Igreja defensiva, predominantemente jurídica e voltada para si mesma. As Atas e Decretos do Concílio Plenário da América Latina, celebrado em Roma entre 28 de maio e 9 de julho de 1969, definem a "civilização" das "tribos que ainda permanecem na infidelidade" (n. 770) como meta, para a qual servem a "pregação evangélica" e o "estudo das línguas" como meio para a administração dos sacramentos (cf. CONCILIO PLENARIO, *Actas*,

1906, itens 547s, 619, 627, 770-774). O Concílio de 1899 não reconheceu a identidade latino-americana. Muitas das preocupações pastorais repetem, praticamente, as observações feitas na primeira fase de colonização, nos primeiros concílios de México e Lima, no século XVI.

A "Pastoral Colectiva" e as "Resoluções e Estatutos" da Província Eclesiástica Meridional do Brasil, de 1901, assinada pelos bispos do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mariana, Petrópolis, Curitiba e Pouso Alegre, mostram uma Igreja que romaniza-se a si mesma, sem, por exemplo, nenhuma preocupação com os povos indígenas (cf. *Pastoral Colectiva*, 1902). A mesma despreocupação refletem Cartas Pastorais, como aquela que o episcopado brasileiro escreveu por ocasião do Centenário da Independência (cf. *Carta Pastoral*, 1922); a mesma despreocupação nos 489 cânones do Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, celebrado em 1939 no Rio de Janeiro (cf. CONCILIIUM PLENARIUM BRASILIENSE, 1939). Mas em cada ano dessa época, um povo indígena foi definitivamente exterminado.

Até o início dos anos setenta não existia uma pastoral indigenista de conjunto, nem uma reflexão missiológica latino-americana. Mais tarde, a pastoral indigenista se tornará mais o carro chefe da reflexão missionária como tal.

Em 1971, com a extinção do Departamento de Religiosos e de Teologia da Vida Religiosa, na CNBB, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) conquistou uma certa autonomia no que diz respeito à promoção e animação da vida religiosa no Brasil. A sua Equipe de Reflexão Teológica se reúne, desde 1970, periodicamente e produz, no decorrer dos anos, um pensamento teológico, pastoral e missiológicamente relevante para a causa indígena e primeiras experiências de uma missão *ad gentes*.

Essa situação nos faz entender a declaração dos antropólogos que participaram, de 25 a 30 de janeiro de 1971, em Barbados, do "Simpósio sobre a fricção interétnica na América do Sul". Segundo eles, "o conteúdo etnocêntrico da atividade evangelizadora" das missões religiosas está baseado no "seu caráter essencialmente discriminatório" e na sua potência econômica que fez as missões se converterem "em uma grande empresa de recolonização". Em virtude desta análise, os antropólogos propõem "acabar com toda atividade missionária". Como se percebe, o Vaticano II que terminou em 1965, não repercutiu imediatamente sobre as micro-estruturas das chamadas Missões, ainda comprometidas com seu passado colonial.. O Cimi que inovou a pastoral indigenista, e o Comina que tentou organizar o movimento missionário nas dioceses, junto com as congregações e os institutos religiosos nasceram só em 1972 (cf. SUESS, 1989).

#### 1.4. Trâmites pré-conciliares

Quatro meses depois do anúncio do Concílio (25.1.1959), João XXIII instituiu, na festa de Pentecostes (17.5.1959), a *Commissio Antepreparatoria* para pedir e depois sistematizar as sugestões do episcopado, das Universidades Católicas e das Faculdades Pontifícias e da própria Cúria Romana. Esta Comissão Antepreparatoria foi presidida pelo cardeal Domenico Tardini, Secretário de Estado e responsável pela "Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários". Tardini chamou, como secretário geral desta Comissão Central Preparatória Pericle Felici, um desconhecido auditor da Rota Romana. Posteriormente se tornou, como secretário geral da Comissão Central do Concílio, uma pessoa chave dos trâmites conciliares.<sup>1</sup>

A Comissão Antepreparatoria, a qual pertenceram representantes de todas as Congregações Romanas, deveria, a partir das sugestões enviadas, criar novas subcomissões de sistematização para preparar os documentos que permitem iniciar o Concílio (ALBERIGO, p. 59ss). Entre a carta de Tardini ao episcopado mundial e aos superiores gerais das ordens religiosas e congregações, do 19 de junho, e o fim da consulta, dia 30 de outubro de 1959, ficou pouco tempo (PAVENTI, p. 48ss).

Antes e durante esta consulta "às bases" da Igreja, a Cúria Romana já formou comissões de estudo e organização, com consultores e colaboradores especializados, no interior de cada Congregação. Também a Propaganda Fide constituiu, em 10.11.1959, uma comissão desse tipo.<sup>2</sup> No dia 16 de fevereiro de 1960, Tardini pediu aos secretários das Congregações Romanas que preparassem até meados de março propostas para a avaliação da *Commissio Antepreparatoria*, no dia 8 de abril. A comissão da Propaganda Fide elaborou 23 propostas

<sup>1</sup> Desde fins de janeiro de 1960, Tardini ficou marcado por sua doença. Cigognani, antes prefeito da Congregação dos Ritos, se tornou seu sucessor como secretário de Estado.

<sup>2</sup> Membros desta comissão de trabalho no interior da Propaganda Fide eram: S. Paventi e E. Pecoraio, secretário e vicesecretário, respectivamente, e os consultores da Propaganda fide: L. Buijs (Buijs, segundo Alberigo e Paventi, Buijk, segundo Congar) SJ, A. Reuter, OMI, P. Rutten, OSC, I. Lee-Ting-Pong, CMF, J. Visser, CSsR e A. Abate, OP.

que entregou 28.3.1960 ao cardeal Tardini. A Comissão Antepreparatoria terminou seu trabalho, no dia 1.5.1960, com a coleção de 5515 páginas.

Pelo Motu próprio "*Supremo Dei nutu*", de 5.6.1960, novamente na festa de Pentecostes, João XXIII instituiu a Comissão Central com 10 Comissões Preparatórias e dois Secretariados (Imprensa e Meios de Comunicação, Unidade dos Cristãos) que deveriam trabalhar as propostas até agora colecionadas. Os presidentes destas Comissões Preparatórias eram sempre os prefeitos das congregações curiais correspondentes, com exceção do Apostolado dos Leigos (Cento) e do Secretariado para a Unidade (Bea). Através destas presidências estava, ao menos na fase preparatória do concílio, assegurado o papel preponderante da Cúria sobre o processo conciliar.

Também o prefeito da Congregação pela Propagação da Fé, cardinal G. P. Agagianian, patriarca armênio de Cilícia, foi nomeado presidente da *Commissio Preparatória "de Missionibus"*. Esta comissão tinha 22 membros (8 arcebispos e bispos e 14 sacerdotes religiosos) e 32 consultores (8 arcebispos e bispos, 4 sacerdotes seculares, 20 sacerdotes religiosos). Pela composição da comissão percebe-se a representação de destaque das ordens religiosas que até então carregaram o maior peso do trabalho missionário. Na representação por nacionalidades, se sobressai Europa e o Norte. Entre membros (22) e consultores (32) se contava as seguintes nacionalidades: nove alemães, oito italianos, seis espanhóis, quatro belgas, holandeses e franceses, três dos Estados Unidos, dois de Canada e da China, e um, respectivamente, de Áustria, Irlanda, Portugal, União Soviética, Honduras, Venezuela, Filipinas, Austrália, Índia e Ghana (cf. BRECHTER, p. 10). A maioria destes representantes (39) não vieram dos "territórios missionários". Como Secretário oficial foi nomeado o arcebispo titular D. Mathew, antes delegado apostólico de Mombasa (colônia britânica). Secretários adjuntos foram S. Paventi<sup>3</sup> e N. Kowalsky, ambos funcionários da Propaganda Fide.

A sessão inaugural da Comissão aconteceu no dia 24 de outubro 1960 na Igreja da Propaganda Fide. Foram instaladas cinco subcomissões em torno das seguintes temáticas: sacramentos e liturgia (1), governo nas missões e direito canônico (2), vida do clero e do povo (3), reforma na formação do clero e dos religiosos (4), ajuda dos fieis às missões (5). Nas subcomissões não se fez distinção entre membros e consultores. Os resultados das subcomissões foram discutidas em duas sessões plenárias da *Commissio Praeparatoria "de Missionibus"* (17. a 26.4.1961 e 20. a 30.11.1961). Para a segunda sessão plenária, uma nova subcomissão tinha dada a forma redacional aos trabalhos das diferentes subcomissões.<sup>4</sup> Os textos tiveram que ser redigidos – assim os representantes da Propaganda Fide exigiram -, na forma canônica de "decretos" com uma *demonstratio* e uma *dispositio*, respectivamente.

Numa última sessão dos secretários das subcomissões com os secretários adjuntos, Paventi e Kowalsky, no 2.2.1962, se conseguiu uma redação final do Prefácio, depois de uma trajetória bastante difícil. Finalmente, no dia 6 de fevereiro 1962, o *Prefácio* e os sete esquemas de *Decretos* estavam na mesa da Comissão Preparatória Central que os discutiu em várias sessões, em fins de março.<sup>5</sup>

Depois destas discussões, o presidente e relator da Comissão Preparatória Central, cardeal Confalonieri, alegou em nome da comissão "*De schematibus emendandis*" que a maior parte dos *Decretos* do esquema "*De Missionibus*" coincide com documentos de outras comissões e indicou cortes drásticos. Do trabalho originalmente apresentado pela Comissão Preparatória "*de Missionibus*" restou apenas o *Prefácio* e, dos sete esquemas, o primeiro e o último (*De Regimine Missionum* e *De Cooperatione Missionali*), tudo com algumas modificações (cf. PAVENTI, p. 55s) e a inclusão de um capítulo sobre o apostolado dos leigos nas missões, vindo do documento da Comissão Preparatória "*De Apostolatu Laicorum*". Este novo "conjunto restante" formou o *Schema decreti de missionibus*, no início de junho 1962, e deveria ser enviado aos padres conciliares para sua apreciação.

---

<sup>3</sup> Saverio Paventi, o posterior secretário da Comissão das Missões, era professor do direito canônico missionário na Pontifícia Academia Eclesiástica. Congar o descreve como homem inflexível, autoritário e sem cultura teológico-pastoral, para quem, no próprio dizer de Paventi, a realidade começa com determinações jurídicas. O resto pertence à espiritualidade ou à poesia. Bem nesta linha, também o jesuita holandês, Lodewijk Buijk, professor do direito canônico na Gregoriana, considerou a articulação entre "missão" e as "processões trinitárias" que Congar estabeleceu, não precedente (*Mon journal II*, p. 354).

<sup>4</sup> Membros desta nova subcomissão redacional que se reuniu por primeira vez em 30.9.1961, foram: os 5 secretários das subcomissões já existentes, os bispos Sartre e Van Valenberg, e os padres Caulfield, Cawve, Cho, Eldarov, Moya, Rubio, Seumois.

<sup>5</sup> Os sete esquemas foram os seguintes: I. De Regimine Missionum; II: De Disciplina Cleri; III: De Religiosis; IV: De Sacramentis et de S. Liturgia; V: De Disciplina Populi Christiani; VI: De Studiis Clericorum; VII: De Cooperatione Missionali.

No trabalho redacional e na confecção do documento "De Missionibus", as pessoas que moravam em Roma (professores, funcionários curiais, religiosos que trabalhavam no governo central de suas congregações) tiveram, pela proximidade física, em todas as comissões preparatórias, um peso maior. Os que moravam alhures, Felici, às vezes, classificou como "membra honoraria".

Paventi e Buijk impuseram aos documentos o espírito jurídico e as propostas habituais da própria Congregação da Propagação da Fé. Seu superior hierárquico, na Propaganda Fide, o cardeal Agagianian, afirmou "de que o trabalho da evangelização não coloca nenhum problema doutrinário especial, uma vez que papas recentes esclareceram a base e as finalidades do trabalho missionário" (KOMONCHAK, p. 196), ignorando totalmente o debate missiológico que precedeu o Vaticano II. Os documentos preparados para a primeira sessão do Concílio, tiveram uma forma bastante jurídica e tradicionalista, admitindo adaptações superficiais da atividade missionária às situações regionais. O oblato André Seumois, professor de missiologia na Urbaniana, consultor da Propaganda Fide e da Comissão Preparatória para as Missões e, posteriormente, perito do Concílio, se queixou sobre o "despotismo do triunvirato" de canonistas Paventi, Buijs e Kowalsky (cf. KOMONCHAK, p. 198). Mas ele mesmo não estava disposto a ampliar o paradigma da missão para os territórios descristianizados. Seumois combateu o conceito de uma "Igreja em estado de missão" (cf. SUENENS) que considerou um "abuso de termos" por fazer de toda atividade pastoral uma atividade missionária. A vontade de preservar a especificidade do conceito da missão encontrou apoio também entre membros da ala progressista do Concílio.

Na discussão sobre a "Atividade missionária da Igreja", na 117ª Congregação Geral do Concílio (7.11.1964), o Cardeal Joseph Frings (Alemanha) pediu, também em nome de muitos bispos da África e de muitos Superiores Gerais que "não se use analogicamente o termo 'missão' para indicar os países outrora cristãos e hoje, em grande parte, descristianizados. O termo 'missão' deve aparecer em seu esplendor original, significando a evangelização de Cristo onde este nome santíssimo e dulcíssimo ainda não foi anunciado" (KLOPPENBURG, 1962-1966, vol. IV, p. 304). Prevaleceu, já na preparação, a divisão de trabalho entre "atividade apostólica" em terras centrais cristianizadas e/ou descristianizadas, por um lado, e "ação missionária" em territórios missionários, com a finalidade da *plantatio Ecclesiae*, por outro. Teólogos, como Yves Congar, que já prepararam o novo paradigma da "Igreja essencialmente missionária" que procurou superar a dicotomia entre "atividade apostólica" e "atividade missionária", ainda eram vozes isoladas.

Autorizado pelo decreto de João XXIII, de 13.7.1962, o secretário-geral do trabalho preparatório, P. Felici, envia um volume com sete esquemas de "Primeira série de esquemas de constituições e decretos", a maior parte de conteúdo doutrinário, à apreciação dos Padres conciliares do mundo inteiro.<sup>6</sup> O documento "De Missionibus" não fazia parte deste pacote. A questão da Missão, como se verá mais tarde com mais clareza, não era prioritária para a Comissão Preparatória Central, nem para a Cúria Romana em seu conjunto.

A falta de articulação com as outras comissões preparatórias, com os problemas do mundo (descolonização!) e com as novas contribuições teológico-pastorais que vieram, por exemplo, da França, a luta da Propaganda Fide por sua própria sobrevivência e hegemonia que estava ligada à sobrevivência da abordagem territorial das missões ("ter missões"), centralizadas e dependentes diretamente do papa, portanto, da Propaganda Fide, a redação dos documentos em latim, que a base episcopal missionária já não dominava mais, o segredo imposto às Comissões Preparatórias e a ausência dos leigos, das mulheres e de teólogos do Terceiro Mundo - tudo isso contribuiu para uma visão hermética, com adaptações pragmáticas e inevitáveis, sem perspectiva nova. Não se delineava ainda, no *Schema decreti de missionibus*, o passo do "ter" ao "ser", o passo de uma Igreja que "tem" missões e da implantação institucional e adaptação local em terras longínquas, a uma Igreja que onde estiver, saiba trabalhar com o culturalmente disponível e que se considere "essencialmente missionária". Já que não houve o envio do documento "de missionibus" aos Padres conciliares, tampouco poder-se-ia esperar qualquer discussão sobre esta matéria na primeira sessão do concílio.

---

<sup>6</sup> 1. Esquema da constituição dogmática sobre as fontes da revelação; 2. Esquema da constituição sobre a manutenção da fé em sua pureza; 3. Esquema da constituição dogmática sobre a ordem moral cristã; 4. Esquema da constituição dogmática sobre a castidade, o casamento, a família e a virgindade; 5. Esquema da constituição sobre a sagrada liturgia; 6. Esquema da constituição sobre os meios de comunicação; 7. Esquema da constituição sobre a unidade da Igreja (com a Igreja oriental).

## 2. Gênese de *Ad gentes* durante o processo conciliar

### 2.1. Da primeira até o início da terceira sessão: 1962-1964

Com a abertura do Concílio, no dia 11 outubro de 1962, terminou o mandato das Comissões Preparatórias. Além do Secretariado para a União dos Cristãos, o Regulamento do Concílio previu 10 Comissões Conciliares, cada uma com 16 membros eleitos pelos Padres Conciliares e oito (de fato eram nove) membros nomeados pelo papa quem também escolheu o Cardeal-Presidente de cada comissão. Via de regra, o papa escolheu o Cardeal do órgão curial correspondente (cf. KLOPPENBURG, 1962-1966, vol. II, p. 51ss).

O presidente da *Comissão das Missões* foi, novamente, o Cardeal Gregório Pedro Agagianian que elegeu Vítor Sartre e José Lecuona Labandibar como vice-presidentes e Saverio Paventi como secretário. Durante a Primeira Sessão do concílio, Agagianian e os estrategistas da Propaganda Fide acharam por bem não convocar a *Comissão das Missões* para sessões de trabalho. Na aula conciliar e nos corredores, a Propaganda Fide recebeu sérias críticas, sobretudo de bispos da África e Ásia. Alguns bispos africanos propuseram, num memorando, a transformação da Propaganda Fide num organismo de apoio econômico, sem poder jurídico.

Depois do primeiro período do Concílio e do retorno dos Padres Conciliares as suas dioceses, o vice-presidente da *Comissão de missionibus*, Sartre, e o secretário, Paventi, com alguns peritos que moravam em Roma, se reunirão no dia 18 de dezembro para dar início a uma série de sessões de trabalho e discussões em torno de um **terceiro documento** que poderá ser enviado para a apreciação da Comissão Conciliar.<sup>7</sup> As divergências entre os participantes das reuniões eram bastante grandes. Na sessão do 22 de janeiro de 1963, Agagianian deu algumas diretrizes que incentivaram os contatos com as outras comissões e convocou uma primeira reunião plenária de todos os membros da *Comissão das Missões* para o dia 20 de março 1963.

Dia 30 de janeiro, o cardeal Cicognani comunicou, em nome da Comissão de Coordenação, que para o prosseguimento do trabalho seria relevante o **segundo documento** que já estava pronto no início do concílio. Além disso, relatou Cicognani, na mesma correspondência, as queixas que durante a primeira sessão do Concílio surgiram sobre a Propaganda Fide, em forma de perguntas ao conhecimento de Agagianian e da Congregação por ele presidida. A *Propaganda Fide* respondeu às críticas que considerou, em seu conjunto, improcedentes (cf. PAVENTI, p. 58s).

Para as reuniões plenárias da *Comissão das Missões*, do dia 20 de março em diante, os membros e peritos da comissão receberam o *Schema decreti de missionibus (De Regimine Missionum e De Cooperatione Missionali)* reelaborado. As críticas materiais do primeiro período do Concílio tiveram apenas um certo impacto sobre a estratégia da Propaganda Fide, não sobre a reformulação de uma prática missionária pós-colonial. As reuniões da *Comissão das Missões*, entre os dias 20 e 29 de março, geralmente sob a presidência de Agagianian, não foram muito produtivas. Também na *Comissão das Missões* teve membros, embora na minoria, que questionaram o conceito „missão” e o método de trabalho da Propaganda Fide. As divergências foram tão grandes que a *Comissão das Missões*, escreve um dos seus participantes, o abade beneditino Suso Brechter, em sua introdução ao Decreto *Ad gentes*, “em nenhuma fase de sua existência se encontrou unida ou progrediu como grupos de trabalho operacional coeso” (BRECHTER, p. 12). As contradições eram fundamentais e sem possibilidade de compromisso, diz Brechter. Como não houve um consenso sobre o conceito “missão”, tampouco houve um consenso sobre a estrutura e a forma do esquema. O resultado pobre destas primeiras reuniões plenárias da *Comissão das Missões* foi o consentimento com uma estrutura do documento que já estava pronta ao iniciar os trabalhos da *Comissão das Missões*.<sup>8</sup> Com a redação dos conteúdos encarregou-se um grupo de trabalho, liderado por

<sup>7</sup> O **Primeiro Documento** (Prefácio e sete esquemas de Decretos), elaborada pela Comissão Preparatória de Missionibus foi apresentado, no dia 6.2.1962, à Comissão Preparatória Central que o rejeitou como tal, por coincidir com os documentos de outras Comissões Preparatórias. O **Segundo Documento** (Prefácio, dois esquemas de Decretos, mais um capítulo sobre o apostolado dos leigos) constituiu o **Schema decreti de missionibus**, estava pronto no início de junho 1962, mas – por excesso de outros documentos considerados mais importantes – não foi enviado aos padres conciliares, nem antes do início do Concílio, nem durante o primeiro período.

<sup>8</sup> O documento deveria ter um Prefácio e duas partes: Parte I: Sobre a Missão em si (1. Princípios gerais, 2. Santo ministério na Missão: O apostolado do clero e o apostolado dos leigos, 3. Sobre o governo nas Missões), e Parte II: Sobre a cooperação missionária (1. Do dever missionário, 2. Da cooperação do episcopado e do clero, 3. Da cooperação dos leigos).

Paventi. O resultado destas reuniões da *Comissão das Missões* e da posterior redação de Paventi com seus colaboradores, era um **quarto documento** que no dia 3 de julho 1963 foi apreciado pela Comissão de Coordenação que o devolveu com muitas críticas. Em seguida, este documento foi enviado aos Padres Conciliares para uma primeira apreciação.

Durante o segundo período do Concílio (29.9.-4.12.1963), novamente surgiram na *Comissão das Missões*, agora já em posse das críticas da Comissão de Coordenação e de alguns pareceres dos bispos, divergências insuperáveis. Alguns membros apresentaram novos esquemas que apontaram para uma reelaboração inevitável do esquema. Entrementes, a Comissão Teológica decidiu integrar na "Constituição sobre a Igreja" um capítulo sobre natureza e índole missionária da Igreja (cf. *Lumen gentium*, 17), pedindo a colaboração da *Comissão das Missões*. Em 10 sessões plenárias, a *Comissão das Missões* produziu com o título "De Missionibus" um **quinto documento** que no dia 3 de dezembro foi aprovado com ampla maioria da Comissão.<sup>9</sup> Aprovado pela Comissão de Coordenação, em janeiro, foi logo enviado aos Padres Conciliares que deveriam dar um retorno até 31.3.1964.

Apesar do tempo reduzido para a apreciação do documento, chegaram de 67 Padres Conciliares propostas para emendas (17 da Europa, 13 da América, 16 da África e 21 da Ásia) configurando um volume de 283 páginas. Cinco apreciações falaram em nome de suas respectivas Conferências Episcopais. Para o dia 4 de maio de 1964 estava marcada a próxima sessão plenária da *Comissão das Missões*. Antes de a *Comissão das Missões* poder apreciar as propostas de emendas dos Padres Conciliares, aconteceu – pressionado pelo tempo e pelas prioridades estabelecidas – uma intervenção administrativa que obrigou a *Comissão das Missões* abrir mão dos textos elaborados e produzir um **sexto documento** em forma de princípios.<sup>10</sup>

O quê aconteceu? No dia 23 de abril de 1964, o secretário geral do Concílio, Pericle Felici, publicou a decisão da Comissão Central de Coordenação que, no interesse de uma concentração do trabalho, todos os textos que ainda não foram discutidos na aula conciliar, supostamente consideradas "questões menores", deveriam ser apresentados, resumidamente, como "Proposições" e "Princípios".<sup>11</sup> Como *Schemata propositionum* deveriam, sem grandes discussões, ser apresentados aos Padres Conciliares para a votação. Na estratégia global da cúria, a questão missionária era uma destas "questões menores", cuja fundamentação teológica já foi resolvida pelas Encíclicas Missionárias e cujas questões práticas (jurídicas), a Propaganda Fide pode mais adequadamente resolver que o Concílio. A *Comissão das Missões* estava diante da tarefa impossível de atender as expectativas do episcopado, de equacionar as divergências internas e de obedecer à Comissão Central.

Com a premissa da concentração necessária dos futuros textos, a *Comissão das Missões* produziu, em suas sessões entre os dias 8 a 13 de maio 1964, o **sexto documento**, de seis páginas impressas, que recebeu o título menos pretensioso "De activitate missionali ecclesiae". Era composto por um Prefácio e 13 apontamentos para a atividade missionária.<sup>12</sup> No dia 26 de maio, este novo e sexto documento foi enviado ao Cardeal Cicognani, passou pela Comissão de Coordenação. No dia 3 de julho, foi enviado aos Padres Conciliares.

## 2.2. O debate missiológico na terceira sessão: 1964

Depois do início do terceiro período do Concílio (14.9.-21.11.1964), a *Comissão das Missões* realizou ainda três sessões, ampliou os 13 apontamentos para 14, incluindo um item sobre a responsabilidade da Igreja universal para as missões, e preparou o texto para a avaliação e

---

<sup>9</sup> A estrutura deste quinto documento: Prefácio, I. Sobre os princípios doutrinais, II. Razões gerais do apostolado missionário, III. Sobre a formação missionária (A. Missionários estrangeiros, B. Missionários nativos), IV. Sobre a cooperação missionária.

<sup>10</sup> Dois fatores exerceram uma certa pressão sobre o fator tempo. A Cúria Romana contava com um Concílio curto, de "algumas semanas" (Congar, *Mon journal*, p. 39). Depois, quando o processo conciliar se tornou mais complexo e demorado, a Cúria se deu conta que, com o passar do tempo, a vontade e a coragem para assumir as mudanças exigidas pelo espírito do adjuvamento e pela vontade ecumênica, cresceu. Por outro lado, muitos bispo já não queriam mais estar por mais tempo longe de suas dioceses.

<sup>11</sup> Segundo Philippe Nabaa, arcebispo melquita de Beirute e um dos subsecretários do Concílio, a proposta da redução de Esquemas à proposições veio do cardeal Döpfner, um dos moderadores do Concílio, que se defendeu contra essa suposição (CONGAR, 2002, vol. II, p. 246s). Na realidade parece que essa proposta veio dos cardeais Cicognani e Confalonieri (CONGAR; ibd. p. 300).

<sup>12</sup> Os 13 itens do documento foram: 1. Necessidade da missão; 2. Pregação do evangelho; 3. Trabalho missionário; 4. Conselho Central de Evangelização, 5.-8. Dever missionário dos bispos, dos sacerdotes, dos Institutos religiosos, dos leigos; 9. Ecumenismo e colaboração com os não-cristãos; 10.-12. Formação cultural, científico-técnica, catequética; 13. Institutos superiores.

votação dos padres conciliares. No dia 5 de novembro, o secretário do Concílio, Felici, surpreendeu o plenário com o aviso que no dia seguinte, na 116ª Congregação Geral, a discussão do esquema sobre a „Igreja no mundo contemporâneo“ (esquema 13) seria interrompida para dar início à discussão sobre o esquema *De Activitate Missionali Ecclesiae*. O papa participaria desta sessão. Foi a primeira vez que um papa participou de uma sessão ordinária do concílio. Paulo VI queria dar um sinal. Exatamente três meses antes, no dia 6 de agosto 1964, na Festa da Transfiguração de Nosso Senhor Jesus Cristo, ele tinha assinado a Carta Encíclica *Ecclesiam suam*, a grande encíclica sobre os caminhos da Igreja e o diálogo, hoje praticamente esquecida. Mas, o papa caiu numa armadilha da Propaganda Fide que lhe causou uma derrota pelos padres conciliares.<sup>13</sup> O concílio lhe sinalizou que um mero sinal, sem tocar nos conteúdos e nas estruturas, não basta.

Depois da Missa, daquele dia 6 de novembro, festa de santos mártires-missionários na Indochina<sup>14</sup>, celebrada por Hailé Cahsay, bispo de Adigrat, na Etiópia, em rito etiópico e acompanhada de tambores africanos, o papa sentou-se na mesa da presidência e fez uma breve alocução. Paulo VI sublinhava a importância da missão para a salvação do mundo e recomenda a modernização do trabalho missionário, porém sem mudanças substanciais que o Concílio queria. O papa fala neste discurso de “novos caminhos”, “novos meios” e “novas energias para uma propagação mais eficaz e mais vasta do Evangelho”, mas assume, pelo resto, as posições da Propaganda Fide: recomenda a aceitação do esquema pelos padres conciliares, defende a territorialidade da Missão no interior de uma Igreja missionária clerical (cf. KLOPPENBURG [Org.], 1965, vol. IV, p. 298-316). Os leigos, diz o papa, “que fazem parte do real sacerdócio do Povo Santo de Deus, (...) ofereçam orações, práticas de piedade e auxílios materiais para generosa ajuda e conforto dos arautos do Evangelho” que são, supostamente, os padres missionários. Estes devem difundir “o verdadeiro espírito de piedade, a confiança na Providência, e a consciência da misericórdia de Deus”. Mantem-se a hierarquia clerical também no interior dos “territórios de Missão”: “sacerdotes” missionários, “auxiliares missionários de ambos os sexos, catequistas e os que oferecem às Missões auxílios concretos”. Tudo que o papa disse, refletiu o convencional estilo missionário da Propaganda Fide. A Igreja local, disse o papa, ajuda as Missões elevando “fervorosas orações pelos missionários, reforçadas pelas esmolas e pelas boas obras” (Kloppenburg [Org.], 1965, vol. IV, 299s).

O cardeal Agagianian agradeceu ao papa, sublinhando o empenho missionário de Paulo VI, caracterizado pela canonização dos mártires de Uganda e a viagem prevista para Índia, e lembrou o progresso das missões depois do Vaticano I. Tudo num estilo “bajulatório” e “triumfalista”, escreve Congar que participou da sessão. “A história das missões é feita como história dos atos pontifícios e das encíclicas” (CONGAR, 2002, vol. 2, p. 241). O papa trocou ainda algumas palavras com os presidentes e moderadores deste dia e se retirou da aula conciliar.

A introdução do papa neste cenário da discussão *de missionibus* foi articulada entre a Cúria e a Propaganda Fide como um ato compensatório pela redução drástica do esquema. O texto, em si, não foi tão insignificante, opina S. Brechter. Mencionava a responsabilidade missionária de todos os bispos, defendeu a acomodação às diferentes culturas e reivindicou um “conselho missionário” na cúria. Mas, as mudanças precisavam de uma nova fundamentação teológica. Logo não só os bispos-missionários, mas a maioria dos padres conciliares rejeitariam este texto-esqueleto.

Nos dias 6, 7 e 9 de novembro (116ª a 118ª Congregação Geral) falaram 28 padres conciliares sobre o *Schema Missionum*. Muitos oradores falaram por seus continentes ou por grupos maiores de uma região. No primeiro dia do debate, logo depois da saída do papa, prevaleceu entre os cinco oradores - quatro cardeais e um prelado nullius -, o espírito de salvar o documento com modificações e acréscimos.

O cardeal Léger, arcebispo de Montréal (Canadá), foi o primeiro que tomou a palavra. Propôs a restauração do diaconato permanente que seria um “precioso auxílio” em muitas regiões.

---

<sup>13</sup> O mesmo é válido diante o gesto do papa que - poucos dias depois - no dia 13 de novembro, oferece a sua Tiara aos pobres. “É isso o início de uma revisão do estilo senhorial?”, pergunta Congar com certo ceticismo (CONGAR, 2002, vol. II, p. 263). “O papa não tem a eclesiologia correspondente aos seus gestos ecumênicos” opina mais uma vez Congar (ibid., p. 269).

<sup>14</sup> Três missionários espanhóis - Jerônimo Hermsilla, Valentim Ochoa e Pedro Amado - que pregavam o Evangelho nas regiões do Vietnã e da China, foram por volta de 1850 perseguidos, torturados e depois decapitados por pregarem uma religião contrária às tradições locais. Teófilo Venard, das Missões Estrangeiras de Paris que desenvolveu a sua atividade missionária a partir de Hong-Kong, quando, em 1852, foi preso e levado entre torturas até Hanói, onde foi decapitado.

Sugeriu não somente considerar o diálogo intercultural, mas avançar para o diálogo inter-religioso, como está preconizado na Encíclica *Ecclesiam suam*. O texto, onde fala da colaboração entre Religiosos e Bispos deveria ser aprofundado. O Conselho Central de que fala o esquema deveria ser um órgão de responsabilidade colegial e universal. "O texto deveria precisar a posição que ocupará este Conselho Central na Congregação de Propaganda Fide" (KLOPPENBURG [Org.], *ibid.*, 301s).

O cardeal Tatsuo Doi, arcebispo de Tóquio, pediu restringir o conceito Missão no esquema claramente para as regiões ainda não cristianizadas. Os documento deveria fazer algumas referências ao diálogo com as esferas cultas de cada país e os missionários devem aprofundar seus conhecimentos a respeito das respectivas culturas, onde trabalham.

O cardeal Rugambwa, bispo de Bukoba (Tansânia), defendeu, como aprendizado do alinhamento histórico às potências colonialistas e à cultura ocidental, mais coragem, da parte dos missionários, na adaptação que é uma consequência da Encarnação. „As riquezas culturais dos povos exprimem-se nos objetos do uso diário. Os missionários devem servir-se deles.“ Rugambwa fez um bem estruturado discurso sobre inculturação.

O cardeal Bea, do Secretariado pela Unidade, que falou em nome dos bispos da África e de muitos bispos missionários da Ásia, sugeriu menos tratamento jurídico e mais pastoral-vocacional da questão missionária. A diminuição das vocações missionárias estaria ligada às dúvidas sobre a oportunidade e finalidade da atividade missionária como tal. Sob a luz da Revelação, os missionários devem-se reconhecer como emissários de Cristo e não da raça branca ou civilização ocidental. A constituição da Igreja local não significa o abandono das missões, mas o aprendizado de um novo papel missionário.

Por último falou Legarra Tellechea, prelado de Bocas del Toro (Panamá) que elogiou os princípios elencados no esquema por afirmarem que toda a Igreja está em estado de missão. Chamou a atenção sobre o aspecto econômico das missões que tem seu órgão central na Congregação de Propaganda Fide. Mas não todas Igrejas pobres e missionárias estão sob a jurisdição da Propaganda Fide. As Conferências Episcopais deveriam assumir as missões em seus respectivos países.

No segundo dia do debate, sábado, 7 de novembro 64,, sob a presidência do cardeal Doepfner, teve 17 intervenções, praticamente todos contra o esquema. "Foi uma das sessões mais vivas e sensacionais do Concílio", comenta o franciscano Boaventura Kloppenburg, um dos bem informados cronistas do Vaticano II (cf. KLOPPENBURG [Org.], 1965, p. 304-310). Três cardeais abriram o debate.

O cardeal Frings (Colônia), o primeiro orador daquele dia, que falou também em nome dos Superiores Gerais das ordens religiosas e de muitos bispos africanos e de outras regiões missionárias, disse, sem muitos rodeios, que as proposições elencados no documento não correspondem à importância que a missão tem para a vida da Igreja. Ele propôs, sob aplausos da aula conciliar, preparar um esquema especial e completo e discuti-lo no quarto período do Concílio (1965). Era o golpe mortal do esquema e do trabalho até agora apresentado pela *Comissão das Missões*. Concretamente, Frings propôs usar o termo "missão" não analogicamente para os países descristianizados, mas de reservá-lo para a primeira evangelização. Insistiu na criação do Conselho Central de Evangelização (item 4 das proposições), composto por bispos das missões e por missionários com competência teológica e pastoral e que poderia dinamizar a Propaganda Fide. O Conselho deverá detectar as necessidades das Missões, propor meios e planos de adaptação. Cada diocese deverá, como prevista na proposição n. 5, pagar uma taxa anual em benefício das missões, pois é indigno e injusto que os bispos missionários são obrigados anualmente abandonar as suas dioceses e pedir esmolas no mundo afora, para sustentar as suas Igreja.

O cardeal Alfrink, arcebispo de Utrecht (Holanda), chamou a atenção sobre o decréscimo do número de missionários.<sup>15</sup> Alfrink, cujo papel em favor dos leigos e de uma reforma curial era muito importante, falou na festa de São Wilibrodo que se celebrou naquele 7 de novembro, missionário entre os frisões e primeiro bispo de Utrecht. Alfrink, que teve a coragem de cortar, como presidente da Décima Congregação Geral (30.11.62), a fala prolongada do todopoderoso cardeal Ottaviani contra a comunhão sob duas espécies, contra concelebração e contra a língua vernácula na Missa, ele mesmo falou, ainda bem no estilo clássico da missão, de dois bilhões de homens não-cristãos, como na próxima sessão também faria o arcebispo de Burgos. O cardeal de Utrecht, porém, não falou, que o sucesso missionário de Wilibrodo entre

---

<sup>15</sup> Entre 1955-1957 partiram 733 missionários para a África, entre 1957-1959 foram 556, e entre 1959-1961 somente 331.

os frisões, considerados bárbaros e anexados ao reino franco, só foi possível, graças ao braço secular do rei Pepino. Isso põe uma questão radicalmente nova: Como evangelizar num mundo sem afiliação ao respectivo poder político, num mundo plural e secular? Padres conciliares pastoralmente abertos, como Alfrink, nem sempre tiveram os instrumentais analíticos para fundamentar uma nova mística vocacional missionária. A crise em torno do esquema das missões apontava, não só para uma crise metodológica, mas também para uma crise em torno dos conteúdos e dos fins.

O cardeal Suenens, arcebispo de Mechelen-Brussel (Bélgica), membro da Comissão de Coordenação e moderador do Concílio, falou também em nome dos bispos da África. Sublinhou que o papel dos leigos ultrapassa as dimensões convencionais de "oração", "sacrifício" e "ajuda econômica". Os leigos devem colaborar no apostolado direto. Precisa-se preparar um laicato local adulto para assumir responsabilidades na vida religiosa, social, política e econômica em seus respectivos países. A fé encarnada exige que os países evangelizados assumem todas as responsabilidades da vida cristã local.

Os bispos africanos, tanto Yougbare, de Koupéla (Alto Volta) como Gantin, de Cotonou (Dahomey), pediram que um novo documento *de missionibus* deixe claro que a atividade missionária da Igreja não tem objetivos imperialistas; que a evangelização não se apóie em potências políticas exercendo nos países de missão uma dominação sutil e dissimulada. O cristianismo não depende de nenhum poder político, cultural e econômico. Por conseguinte, a primeira evangelização deve favorecer o diálogo com os neófitos, suas culturas, com o mundo em sua universalidade e pluralidade.

Era impressionante a diversidade de origem dos bispos que falaram naquele dia e, de uma certa maneira, a unidade de pensamento: missão sim, mas não só assim, como está previsto nas proposições. Daniel Lamont, bispo de Umtali (Rodésia do Sul), e membro do Secretariado pela Unidade, qualificou o texto como um esqueleto de ossos sem carne. O franciscano Paternus Geise, bispo de Bogor (Indonésia), falou em nome de todos os bispos da Indonésia, de 25 Conferências episcopais e de 70 Superiores Gerais, pedindo um novo texto, a partir das contribuições dos padres conciliares. Pietro Massa bispo de Nanyang (China), pediu eliminar o termo "terra de missão" que não corresponde mais à mentalidade contemporânea. Pediu também explicar melhor a natureza missionária da missão e o alcance da adaptação. Os chineses resistiram por séculos ao cristianismo por que este exigiu abandonar a sua cultura. Giacondo Grotti, prelado do Acre e Purus (Brasil) disse que as "proposições" não significam nenhum passo para frente. A Propaganda Fide, segundo o prelado do Acre, é, por sua natureza, só parcialmente responsável pelas missões. Os Institutos Religiosos escapam desta responsabilidade jurídica. Deveria se dar algumas diretrizes sobre a relação entre esses institutos missionários, muitas vezes, em sua maioria compostos por estrangeiros, e o clero nacional. A dificuldade entre Institutos Religiosos e Diocese foi também sublinhado por Jéan Baptist Ghamanyi, bispo de Butare (Ruanda).

Petrus Moors, bispo de Roermond, falou em nome da conferência dos bispos da Holanda, e apontou a falta de uma visão teológica e bíblica da atividade missionária nas "proposições" que deveriam ser a "carta magna" da atividade missionária. Guy-Marie Riobé, bispo de Orléans, que falou em nome de 70 bispos e superiores religiosos, pediu repensar a noção de missão, de acordo com as necessidades atuais. A evangelização deve ser levada adiante com a visão de uma verdadeira revolução social. "A divisão em países cristãos e países de missão não corresponde mais à realidade." O novo esquema deve enfatizar a articulação entre a catolicidade, a colegialidade dos bispos e a intercomunhão das Igrejas locais. James Moynagh, bispo de Calabar (Nigéria), ponderou que a distinção entre atividade missionária e atividade pastoral ordinária da Igreja causará prejuízos para a causa missionária. O zelo missionário deve ser incentivado através da formação do clero diocesano nacional.

Na segunda-feira, dia 9 de novembro (1964), falaram mais seis padres conciliares em favor de um novo documento. Lawrence Trevor Picachy, bispo de Jamshedpur (Índia), falou em nome de todos os bispos da Índia e de muitos do Paquistão, da Malásia e de Burma. Além de rejeitar as "proposições" fez algumas propostas concretas. Os missionários, segundo o exemplo de Cristo, devem primeiro se exercitar na prática das virtudes e depois pregar o Evangelho. As missões não são apenas objeto de caridade e de misericórdia. O trabalho missionário não é um peso, mas um privilégio. O pedido de auxílios não constitui parte essencial da vida missionária. A atividade missionária não cessa com a instituição da hierarquia eclesiástica nos países de missão. Missão significa evangelização direta e não conservação dos Institutos já existentes e cura pastoral dos já convertidos.

Xavier Geeraerts, vigário apostólico de Bukavu (Congo), falou em nome de 75 bispos missionários. Apontou a ausência de uma teologia de missão nas "proposições" que deveria realçar a índole essencialmente missionária da Igreja que se fundamenta no Conselho do Pai e nas Missões do Filho e do Espírito Santo. O novo documento deve insistir nonexo entre a essência missionária da Igreja e a colegialidade dos bispos, expressa no "Ide, ensinai todos os povos". Toda Igreja é missionária e não somente uma parte dela.

Garcia de Sierra y Méndez, arcebispo de Burgos (Espanha), falou em nome de 84 padres conciliares, quantificando a legitimidade da tarefa missionária: além de 72% da humanidade desconhecer o Evangelho, ainda cresce a desproporção entre cristãos e não-cristãos, devido ao aumento demográfico dos não-cristãos. Sua proposta era de aumentar o número dos missionários e qualificar melhor os enviados.

Uma contribuição muito interessante veio do arcebispo melkita Elie Zoghby, vigário patriarcal para Egito. Os orientais compreendem a missão de Cristo como uma Epifania e a missão da Igreja como a continuação desta Epifania em preparação para o advento de Cristo. O missionário semeia a semente da Palavra divina nas almas já preparadas pelo Espírito Santo com a semente do Verbo criador. Não se deve separar a humanidade remida da humanidade criada. Unindo a missão do Verbo encarnado à missão do Verbo criador, os orientais afirmam o caráter universal da missão da Igreja. A ação missionária deve começar descobrindo a semente já lançada pela criação. Os povos que recebem a pregação do Evangelho de Cristo devem poder exprimi-lo à sua imagem, encarnando-o nas suas tradições. A missão de Cristo e da Igreja são consideradas missão pascal (cf. KLOPPENBURG [Org.], 1965, p. 313).

O arcebispo de Cape Coast (Gana) pediu que se esclareça a situação jurídica das novas Igrejas confiadas aos bispos naturais dos países de missão. Essas Igrejas geralmente são muito pobres em recursos pessoais e os Institutos Missionários daquelas regiões condicionam por suas práticas anteriores à fundação das dioceses, o trabalho pastoral do bispo.

Fulton J. Sheen, bispo auxiliar de New York e membro Comissão das Missões, queria contemplado no conceito da missão a dimensão eclesiológica fundamental do diálogo, da unidade e da pobreza. Em vez da questão teológica: "o que são as Missões?" nós estamos discutindo a questão prática: "onde estão as Missões"? A pergunta inclui uma crítica do conceito Missão que considera quase exclusivamente os territórios nas regiões "não-cristãs". Durante essas sessões muitíssimos bispos pobres vieram procurar-me, disse Sheen. Provinham de regiões juridicamente não missionárias, mas suas dioceses não possuíam mais de 7 ou 10 sacerdotes. Seria católico, responder-lhes: "Não sois de territórios de Missão"? São as almas que formam as missões e não os territórios. A colegialidade impõe a responsabilidade para a salvação do mundo inteiro. Toda Igreja é missionária. O que Deus uniu – Igreja e Missão – o esquema não deve separar. Fulton Sheen propôs um Conselho para as Missões que seja capaz de superar esse conceito e essa prática meramente jurídico-territorial da missão. O novo esquema deve tratar também o problema da pobreza, tão presente nos países de missão. Para resolver estas questões seja a cada membro da Comissão das Missões permitido de escolher seu próprio perito. Fulton Sheen, com sua retórica impecável, concluiu com os aplausos dos ouvintes.

Depois do debate, o relator do documento, Stanislaus Lokuang, bispo de Tainan (China), declarou que a Comissão está muito satisfeita com a importância que os bispos deram para a missão. Esta afirmação, certamente, valeu somente para uma parte da Comissão das Missões, que perdeu, mais uma vez, boa parte de seu trabalho; primeiro, pelo veto da Comissão Central, depois, pela mudança das regras de elaboração e agora, pelo veto do próprio Concílio (sexto documento). Mas agora, a Comissão tinha diretrizes publicamente assumidas pelo Concílio e que deveriam nortear as elaborações futuras do documento. Lokuang prometeu a elaboração de um novo documento levando em conta as contribuições dos padres conciliares. Enfim, o relator conseguiu, com certa elegância, reverter em aplauso, o que poderia ter sido um vexame para a Comissão. Aplausos não têm valor jurídico, deixou Felici escapar; porém por baixo dos aplausos tem uma votação a ser respeitada (CONGAR, 2002, vol. II, p. 248).

Dos 1914 padres conciliares presentes na aula, 1601 votaram para a elaboração de um novo documento. Era uma vitória das e para as Igrejas da periferia no interior de um Concílio ainda marcado pelo Centro; uma vitória da liberdade do Concílio contra a tutela da Propaganda Fide e a visão jurídica de Agagianian; contra um certo pragmatismo autoritário dos moderadores que queriam um documento curto, e, de uma certa maneira, contra o pronunciamento do papa que deveria ter a última palavra, não a primeira. As Igrejas, ditas "jovens", sinalizaram que queriam ser tratadas como Igrejas adultas. Mas, na sociedade patriarcal da Igreja Católica, o

termo “jovem”, muitas vezes, foi mal-entendido como inexperiente, como criança ou adolescente. Não as Igrejas jovens são infantis, mas a prática missionária e a teologia correspondente, muitas vezes, foram infantis, partindo – como era costume da sociedade patriarcal – da superioridade do primogênito, em nosso caso, da superioridade do cristianismo e da civilização europeu. Nas contribuições dos oradores destes três dias se delineava, de fato, um nexos entre colegialidade, responsabilidade, solidariedade e missão, e entre consciência avançada e povos explorados, entre teoria teológica e práxis pastoral. Todos os tópicos que fizeram do posterior “Decreto *Ad gentes* sobre a atividade missionária da Igreja” uma Carta Magna da missão, já estavam presentes neste debate missiológico.

### **2.3. A Comissão das Missões rumo a quarta sessão do Concílio**

No dia 16 de novembro, ainda durante o terceiro período conciliar, a Comissão das Missões se reuniu numa sessão plenária. Deliberou sobre o modo de trabalhar e constituiu uma sub-comissão para sistematizar as contribuições da aula conciliar. Faziam parte desta sub-comissão os bispos Riobé (Orléans), Lokuang (Tainan, Formosa), Zoa, de Jaundé (Kamerun), Lecuona, bispo titular e superior geral do Instituto Espanhol de São Francisco Xavier para as Missões Estrangeiras, de Burgos, e o superior geral dos Verbitas (SVD), Schütte que foi presidente desta sub-comissão. Estes convidaram como peritos: Y. Congar, S. Seumois, D. Grasso, J. Neuner e J. Ratzinger.

Na presença do cardeal Agagianian e o secretário Paventi, mas sem os peritos, se reuniu esta sub-comissão no dia 20 de novembro pela primeira vez. O grupo decidiu se reunir entre de 12 a 27 de janeiro 65, no seminário dos Verbitas de Nemi com os peritos Congar, Seumois, Grasso, Neuner e Glazik. Riobé e Seumois já se encontraram dia 13 de dezembro em Paris, para adiantar o trabalho.

Atrás dos relatos posteriormente dados por Pavente e Brechter sobre os dias que seguiram aos pronunciamentos na aula conciliar, teve, como hoje sabemos através do diário de Congar, uma luta pela manutenção da estrutura básica das proposições que repercutiu sobre a escolha dos assessores, no caso, sobra a assessoria do próprio Congar (CONGAR, 2002, vol. II, p. 285ss). No dia 19 de novembro, um dia anterior à reunião da sub-comissão, o presidente da Comissão das Missões, Agagianian, fez saber que ele não aceita o padre Congar - desde o dia 12 de novembro convidado por Riobé, para colaborar com a parte teológica do novo *De missionibus* - como assessor ligado à Comissão. Riobé poderia convidar Congar só como seu assessor particular. Ele queria substituir Congar por Armand Reuter (O.M.I.), diretor geral dos estudos dos Oblatas, um “puro canonista que está”, segundo Congar, “na linha da Congregação (Propaganda) e de Agagianian”. A Congregação e o cardeal entendem a missão como uma questão de território. Igrejas de Missão são as Igrejas que dependem da Propaganda Fide. A Comissão das Missões não devolveu aos padres as contribuições na aula conciliar ou aquelas enviadas por escrito, mas somente aquelas que se referem ao esquema em debate e depois derrotado. Não se deveria tocar no chema, mas somente melhorar os detalhes. “Agagianian me excluiu”, escreve Congar, “porque ele não quer um novo chema”, como Riobé e Zoa que estavam isolados na Comissão.

Na noite, depois da reunião da sub-comissão com Agagianian, Riobé visita Congar. Não havia peritos, na reunião. Reuter, que estava presente, foi convidado a sair. Agagianian atacou, na reunião, a designação de Congar como perito por unanimidade dos membros da sub-comissão, e não como assessor privado, mas como perito conciliar. Depois justificou a sua posição de vetar novos peritos que iam substituir os antigos. “Porque mudar os peritos”, disse ele, “porque levar outros, porque o padre Congar?” Riobé e a Comissão responderam porque uma das reclamações ao *De Missionibus* foi que não havia um fundamento teológico. O padre Congar era da Comissão Teológica do Concílio, onde ajudou no item *De Ecclesia*, e ele tem a confiança do cardeal Ottaviani e do Papa. Congar, enfim, é admitido.

A sub-comissão se reúne, a partir de segunda-feira, dia 12 de janeiro no seminário do Verbo Divino, no Lago Nemi. Os membros da comissão estiveram todos presentes. Dos peritos só faltou Ratzinger que mandou sua contribuição para a fundamentação teológica da Missão por escrito.<sup>16</sup> Agagianian é esperado para a tarde, mas o secretário Paventi e o secretário adjunto, Hermes Peeters, representam os olhos da Propaganda. Schütte, como presidente do encontro da comissão, apresenta rapidamente os projetos existentes nos quais foram trabalhados

---

<sup>16</sup> A informação de Brechter a respeito da ausência de Congar está errada (BRECHTER, 1982, p. 16).

algumas das contribuições da terceira sessão do Concílio. Concretamente existiam o projeto (a) de Msgr. Lokuang que trabalhou com o jesuíta Domenico Grasso, professor de teologia pastoral na Gregoriana e perito do Concílio; (b) o projeto de Hermes Peeters, da cúria geral dos franciscanos, exprofessor da Custódia da Terra Santa, consultor da Propaganda, perito do Concílio e secretário adjunto da Comissão das Missões; (c) o projeto de Riobé com as contribuições de Congar, Seumois e Glazik e (d) o plano do jesuíta austríaco, Joseph Neuner, professor de teologia no Ateneu Pontifício, de Poona (Índia). Este plano foi articulado com a proposta dos Superiores Religiosos Missionários. A discussão que ocorre em latim, italiano e francês, gira em torno dos diferentes conceitos de Missão: (a) a Missão no sentido estrito em territórios onde as pessoas não são evangelizados, (b) a Missão onde a Igreja já se faz presente, porém ainda não tem os meios ou as pessoas provindos da própria região eclesial, (c) a Missão no sentido amplo que aponta para o fato de que toda a atividade eclesial deve ter uma dimensão missionária. O grupo toma, basicamente, o texto de Congar que assume uma dualidade insolúvel, distinguindo entre a salvação dos indivíduos, sem intervenção formal da Igreja, e a Igreja como meio positivamente necessário para a salvação.

A tarde chega o cardeal Agagianian. O secretário adjunto, Peeters, apresenta para ele um resumo do trabalho realizado pela manhã. Agagianian se pronuncia, como já tem feito anteriormente, em favor do senso estrito da Missão. A Missão lato senso desvia a atenção dos pagãos. Para ele, no dizer do padre Congar, o objetivo do documento que os padres conciliares, afinal, irão aprovar, é sobretudo, suscitar vocações missionárias e levantar fundos. Segue-se na reunião a discussão da segunda parte do futuro esquema, a parte prática e pastoral. O padre Seumois explica longamente a ordem de idéias de seu texto, Msgr. Lokuang expõe seu plano.

No dia seguinte, 13 de janeiro, o grupo se divide em dois sub-grupos. Um discute o *Proemium* (Introdução) que está pronto no dia seguinte, e o outro, com Lecuona, Riobé, Neuner e Grasso, trabalho sobre o texto de Congar e procura incluir os pontos levantados no dia anterior. Entre 29 de março e 3 de abril 65, a Comissão discute em sessão plenária o projeto apresentado. O novo texto é dividido em cinco capítulos: 1) Princípios doutrinários; 2) Obra missionária; 3) Os missionários; 4) Organização da atividade missionária; 5) Cooperação com os missionários (KLOPPENBURG [Org.], vol. V, 1966, p. 242). Em junho 65 este texto foi enviado aos padres conciliares para ser discutido na quarta sessão do Concílio.

## 2.4. A quarta sessão: 1965 – Ad gentes

A quarta e última sessão começou 14 de setembro.<sup>17</sup> Depois das votações da Constituição Dogmática sobre a Revelação, do Decreto sobre o Apostolado dos Leigos, da Atualização dos Religiosos, da Declaração sobre as Relações da Igreja com as Religiões não-Cristãs e sobre a Liberdade Religiosa, nesta mesma quarta sessão, havia um clima teológico-pastoral de conjunto para as últimas discussões do Decreto sobre a Atividade Missionária, entre os dias 7 e 13 de outubro. 50 padres conciliares tomaram a palavra, entre estes Frings (Alemanha), König (Áustria), Rugambwa (Tanzânia), Suenens (Bélgica), Alfrink (Holanda), Gonçalves da Costa (Moçambique), Cordeiro (Paquistão), McGrath (Panama), Lokuang (Formosa), Geise (Indonésia), Grotti (Brasil, Acre). Ao lado de uma aceitação básica do texto, ainda foram apresentadas uma série de críticas e propostas para novas emendas. Um grupo significativo pediu a afirmação da necessidade da missão, apesar do reconhecimento da „possibilidade de salvação sem conhecimento do Evangelho e sem pertença visível à Igreja” (KLOPPENBURG [Org.], vol. V, 1966, p. 243). Pediu-se também uma sensibilidade especial para a questão ecumênica e as áreas de convivência com os não-cristãos (Jaeger, König, Degrijse). A respeito da espiritualidade missionária o Cardeal Alfrink afirmou que se deveria dizer explicitamente „que o mistério da Redenção, pascal e pentecostal, constitui o fundamento da espiritualidade missionária” (Ibidem, p. 254). Giocondo Grotti, do Acre, chamou a atenção para o papel dos leigos na missão e Pedro Arrupe, o Geral da Companhia de Jesus, para a cooperação missionária, a colaboração com a construção da paz e o encontro em direção dos povos afro-

---

<sup>17</sup> Cada documento aceito para o debate da aula e pela aula conciliar, passou basicamente por quatro votações: 1. Votação de sondagem, depois dos debates; 2. Corrigido ou refeito o texto, o esquema é submetido a uma votação de cada pequena unidade, permitindo votar com *placet*, *non placet* ou *placet juxta modum*. 3. O esquema com as modificações aceitas pela Comissão é reapresentado com votação sobre as emendas e justificativa da Comissão sobre os modos não aceitos. O plenário vota com *placet* ou *non placet* sobre o texto em sua nova fase. 4. Última votação, na presença do papa. Depois segue a promulgação.

asiáticos com suas culturas e religiões ancestrais. Teve poucas questões do campo missiológico e missionário nos pronunciamentos destes 50 oradores que não foram mencionadas. No final deste debate, o texto passou pela votação de sondagem com uma aprovação de 2070 contra apenas 15 votos.

Para a próxima etapa, cinco subcomissões, uma para cada capítulo, trabalharam as sugestões de emendas que 193 padres conciliares haviam dado, oralmente ou por escrito. No conjunto encheram 550 páginas. Já um mês mais tarde, nos dias 10 e 11 de novembro, a Comissão pediu 20 sufrágios sobre partes do texto bastante emendado (cf. KLOPPENBURG [Org.], vol. V, 1966, p. 394ss). A maior parte das emendas foram aceitas. Apenas o sufrágio 19, sobre o capítulo V teve quer modificado substancialmente. Contudo, com 1750 votos modificativos voltou o texto à comissão para a sua redação final.

Duas semanas depois a Comissão entregou aos Padres o texto emendado segundo os Modos, num fascículo de 96 páginas, para ser votado no dia 30 de novembro 65, na 165ª Congregação Geral (KLOPPENBURG [Org.], vol. V, 1966, p. 398ss). À pergunta, "se todo o documento, tal como está agora, agrada," a Congregação Geral respondeu com 2162 votos sim, com 18 não e 2 entregaram votos nulos. Antes da promulgação, no dia 7 de dezembro 1965, o "Decreto *Ad gentes* - Sobre a atividade missionária" recebeu o voto sim de 2314 padres conciliares, contra apenas 5.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERIGO, Giuseppe (coord.). *História do Concílio Vaticano II*. Vol. 1. O catolicismo rumo à nova era: o anúncio e a preparação do Vaticano II: janeiro de 1959 a outubro de 1962. Petrópolis: Vozes, 1996.

ALBERIGO, Guisepe. O anúncio do Concílio. Das seguranças das trincheiras ao fascínio da busca. In: G. Alberigo (coord.) 1996, p. 21-68.

AMSTUTZ, Josef. Überlegungen zur Theologie der Mission auf Grund der dogmatischen Konstitution 'Über die Kirche'. *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, Immensee, v. 21, p. 161-171, 1965.

BARAÚNA, Gilherme. A Declaração do Concílio Vaticano II sobre a Liberdade Religiosa. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 26, fasc. 2, p. 267-285, jun. 1966.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A Igreja do Vaticano II*, Petrópolis: Vozes. 1965.

\_\_\_\_\_.(Org.). *A Igreja no mundo de hoje*. Estudos e comentários em torno da Constituição *Gaudium et spes* do Vaticano II, com um estudo sobre a *Populorum Progressio*. Petrópolis: Vozes, 1967.

BETRAY, Johannes. Das missionarische Grundverständnis der Zentralwahrheiten des christlichen Glaubens: Christus, Trinität, Kirche, in der Aussage der Constitutio 'Lumen gentium' des Vatikanum II. *Theologisch Praktische Quartalschrift*, Tübingen, n. 114, p. 239-248, 1966.

BRECHTER, Suso. Die Entstehungsgeschichte des Missionsdekrets. *Lexikon für Theologie und Kirche*, v. 14, Freiburg i.Br., Herder (Sonderdruck), 1986, p. 10-21.

*Carta Pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fieis de suas dioceses por ocasião do Centenário da Independência (1922)*. Rio de Janeiro, Pap. e Typ. Marques Araujo & C., 1922.

CHENU, Marie-Dominique. *Notes quotidiennes ao Concile*. Journal de Vatican II, 1962-1963. Paris: Cerf, 1995.

\_\_\_\_\_. A missão da Igreja no mundo de hoje. In: G. Baraúna (Org.), 1967, p. 337-356, 1967.

CONCILIO PLENARIO DE LA AMÉRICA LATINA, 9.7.1899, Roma. *Actas y Decretos del Concilio Plenario de la América Latina*. Roma: Tipografía Vaticana, 1906 [traducción oficial, bilíngüe, latim/espanhol].

- CONCILIUM PLENARIUM BRASILIENSE, Rio de Janeiro, 1939. Petrópolis: Vozes, 1939.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil: 1995-1998*. São Paulo: Paulinas, 1995 [Documentos da CNBB, n. 54].
- CONGAR, Yves. *Jornal d'un théologien 1946-1956*. Paris: Cerf, 2001.
- \_\_\_\_\_. L'ecclésiologie, de la Révolution française ao Concile du Vatican, sou le signe de l'affirmation de l'autorité. VV.AA., *L'Ecclésiologie ao XIX siècle* (Unam Sanctam 34), Paris, 1960, p. 77-114.
- \_\_\_\_\_. *Mon journal du Concile*. 2 vols., Paris: Cerf, 2002.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO / CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. *Diálogo e anúncio*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *Diretório para aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- DECLARAÇÃO DO 'SIMPÓSIO SOBRE A FRICÇÃO INTERÉTNICA NA AMÉRICA DO SUL'. In: SUESS, Paulo (Org.), *Em defesa dos povos indígenas. Documentos e legislação*. São Paulo: Loyola, 1980 (1971), p. 19-26.
- DECRETUM DE ACTIVITATE MISSIONALI ECCLESIAE*. *Texto original, latim: Acta Apostolicae Sedis* 58, p. 947-990, 1966.
- GLAZIK, Josef. Die missionarische Aussage der Konzilskonstitution 'Über die Kirche'. *Zeitschrift für Missions- und Religionswissenschaft*, Münster, v. 49/2, p. 65-84, 1965.
- KARRER, Otto. O princípio de subsidiariedade na Igreja, in: BARAÚNA, Gilherme (Org.). *A Igreja do Vaticano II*, Petrópolis: Vozes. 1965, p. 623-649.
- KLOPPENBURG, Boaventura. A IV e última sessão do Vaticano II. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 25/3, p. 425-488, 1965.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Concílio Vaticano II*. Vol. I: Documentário preconiliário, vol. II: Primeira Sessão, 1963, vol. III: Segunda Sessão, 1964, vol. IV: Terceira Sessão, 1965 [116<sup>a</sup>, 117<sup>a</sup>, 118<sup>a</sup> Congregação Geral: A atividade missionária da Igreja, p. 298-316], vol. V: Quarta Sessão - 1966 [146<sup>a</sup>, 147<sup>a</sup>, 148<sup>a</sup> Congregação Geral: A atividade missionária, p.257-276]. Petrópolis: Vozes, 1962-1966.
- \_\_\_\_\_. A dignidade da pessoa humana e suas exigências. Os ensinamentos do Vaticano II. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 26, fasc. 3, p. 552-573, 1966.
- \_\_\_\_\_. Pluralismo na una e única Igreja. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 27, fasc. 3, p. 610-641, set. 1967.
- \_\_\_\_\_. A natureza e a missão da Igreja. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 29, fasc. 4, p. 785-837, dez. 1969.
- KOMONCHAK, Joseph. A luta pelo Concílio durante a preparação. In: G. Alberigo (Coord.) 1996, p. 171-354.
- LE GUILLOU, Marie-Joseph. A missão como tema eclesiológico. *Concilium* (port.), n. 20, p. 68-111, out.-dez. 1965.
- \_\_\_\_\_. A vocação missionária da Igreja". In: G. Baraúna (Org.), p. 713-728. 1965.
- LEXIKON FÜR THEOLOGIE UND KIRCHE (LThK). Comentário: *Decretum de activitate missionali Ecclesiae 'Ad gentes'*, LThK t. 14/III, Freiburg: Herder, 1968, p. 9-125 [ed. especial, paperback].
- MASSON J. Fonction missionnaire de l'Église. Réflexions sur le Décret 'Ad gentes' de Vatican II. *Nouvelle Revue Théologique*, Tournai/Louvain, 85/3 (1966), 249-272, 85/4 (1966), 358-375.

METZ, Johann Baptist. Im Ringen um das Erbe des Zweiten Vatikanischen Konzils. In: KLEIN, Nikolaus / SCHLETTE, Heinz Robert / WEBER, Karl. *Biotope der Hoffnung*. Zu Christentum und Kirche heute, Olten: Walter, 1988, p. 23-35.

MÜLLER, Christoph. Das Dekret über die Missionstätigkeit der Kirche *Ad gentes*. In: BISCHOF, Franz Xaver / LEIMGRUBER Stephan (Hg.). Vierzig Jahre II. Vatikanum. Zur Wirkungsgeschichte der Konzilstexte, p. 316-333.

*Pastoral Coletiva dos cardeais, arcebispos, bispos e preladados residenciais do Brasil: A Igreja ante os problemas atuais (7.9.1951)*. Petrópolis: Vozes, 1951.

*Pastoral Collectiva dos Senhores Bispos da Província Ecclesiástica Meridional do Brasil, e Resoluções e Estatutos da Primeira Conferência dos Bispos da Província Ecclesiástica do Sul do Brasil: Ao Clero Secular e Regular de Nossas Dioceses, 3-12.11.1901*, São Paulo. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1902.

PAVENTI, Saverio. Entstehungsgeschichte des Schemas '*De activitate missionali ecclesiae*'. In: Schütte 1967, p. 48-81.

RAHNER, Karl. Die bleibende Bedeutung des Zweiten Vatikanischen Konzils. *Stimmen der Zeit*, Bd. 197, p. 795-806.

RATZINGER, Joseph. Konzilsaussagen über die Mission außerhalb des Missionsdekrets. In: J. Schütte (org.) 1976, p. 21-47.

RUBERT, Arlindo. Os bispos do Brasil no Concílio Vaticano I (1869-1870). *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 29, fasc. 1, p. 103-120, mar. 1969.

SCHELBERT, Georg. Das Missionsdekret des II. Vatikanum im Gesamtwerk des Konzils (1,2,3,4). *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, Immensee, v. 22-23, 241-259 (1), 18-26 (2), 104-114 (3), 194-205 (4), 1966-1967.

SCHÜTTE, Johannes (Org.). *Mission nach dem Konzil*. Mainz: Grünewald, 1967.

SECKLER, Max. Religionsfreiheit und Toleranz. Die 'Erklärung über die Religionsfreiheit' des Zweiten Vatikanischen Konzils im Kontext der kirchlichen Toleranz- und Intoleranzdoktrinen, *Theologische Quartalschrift* (Tübingen), 175/1 (1995), 1-18.

SILVEIRA, Ildelfonso. A fórmula de juramento dos bispos. Origem feudal? *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 27, fasc. 2, p. 332-338, jun. 1967.

SOBRINO, Jon. A 'autoridade doutrinal' do povo de Deus na América Latina, in: *Concilium* 200/4 (1985), 60-68.

SOCHA, Hubert. Die Grundlegung der kirchlichen Heilssendung nach dem Vatikanum II. *Münchener Theologische Zeitschrift*, v. 19, p. 265-285, 1968.

SUENENS, Leon-Joseph. *L'Église en État de Mission*. Bélgica, Desclee de Brouwer, 1955.

SUESS, Paulo. *A causa indígena na caminhada e a proposta do Cimi: 1972-1989*. Petrópolis, Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Evangelizar a partir dos projetos históricos dos outros: Ensaio de missiologia*. São Paulo: Paulus, 1995.

\_\_\_\_\_. Desafios pós-conciliares da igreja missionária: Depoimento no Comla IV. In: IDEM, *Evangelizar*, 1995, p. 91-100.

\_\_\_\_\_. *Travessia com esperança: Memórias, diagnósticos, horizontes*. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. A missão da Igreja no mundo: Fundamentos, heranças, dimensões e tarefas depois de três décadas do Decreto *Ad gentes*. In: IDEM, *Travessia*, 2001, p. 94-116.